

AS MARCAS DO SUJEITO NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Luciele Basso Bueno ©

RESUMO©

Este artigo trata da socialização do conhecimento científico exemplificada em artigos acadêmicos. Buscamos, através da análise desses documentos, avaliar as formas de nomeação do sujeito no discurso acadêmico, seguindo ou subvertendo as normas retóricas colocadas pela comunidade acadêmico-científica. Assim, levantaremos a subjetividade existente na divulgação da ciência.

PALAVRAS-CHAVE: sujeito, socialização, discurso acadêmico.

INTRODUÇÃO

A divulgação científica sempre teve um papel fundamental ao lado da ciência, que, por si só, não teria o mesmo valor sem o conhecimento do grande público. O que percebemos é que nunca se teve tanto desenvolvimento tecnológico e sede pelo conhecimento como se tem agora. Os meios de divulgação científica se ampliaram ao mesmo tempo em que o acesso e o número de pessoas interessadas também aumentaram.

Neste círculo de tecnologias, encontramos os meios de comunicação (revistas, televisão, internet, etc.) como molas propulsoras da popularização científica pelo fácil acesso às informações e pelo baixo custo desses meios. A internet, nesse caso, destaca-se dos demais pela multiplicidade de conhecimentos que se pode alcançar, a um custo que vem diminuindo a cada dia.

Se passarmos ao âmbito acadêmico, a socialização do conhecimento se faz por modelos pré-estabelecidos. As normas técnicas e o estilo de linguagem são fixas e o

autor/pesquisador deve segui-las se desejar ter seu texto/pesquisa divulgado e aceito no círculo acadêmico.

Nesse ambiente de regras institucionalizadas, o artigo acadêmico tem um lugar de destaque, sendo uma importante via de comunicação entre pesquisadores, professores e alunos.

Nossa proposta de estudo partiu da concepção comumente aceita de que o discurso acadêmico é tido como fechado e monológico, portanto, sem sujeito, ou então com um sujeito que se retira para dar lugar aos resultados que o conhecimento científico produz, para chegar à concepção de que o sujeito dialoga com seus pares e que nesse diálogo aparecem tanto recursos argumentativos e persuasivos, como o cumprimento das “convenções ditas científicas” (Coracini, 1991).

E a questão é justamente esta. Como os autores se posicionam frente a um texto tido como impessoal ou de que maneira eles subvertem a norma padrão e aparecem, mesmo que velados? Porque sabemos que, por mais que no discurso acadêmico exija-se um distanciamento entre autor e texto, o sujeito sempre está lá, seja para anunciar sua pesquisa, esclarecer o trabalho ou para justificar os resultados.

1 Do sujeito da norma

Se a grande questão é como os autores subvertem a norma e aparecem mesmo que numa linguagem velada, é porque a comunicação científica e/ou acadêmica tem seus meios próprios, e

supostamente impessoais, no tratamento da linguagem e do sujeito.

Basicamente, o artigo acadêmico possui uma linguagem mais refinada, entretanto não a trata de uma forma hermética, a ponto de ter, por isso, uma circulação e socialização que se estende desde pesquisadores até alunos iniciantes em dado assunto. Talvez seja essa a razão da grande circulação do artigo acadêmico.

No entanto, a linguagem específica do discurso científico, e por conseqüência, no artigo acadêmico, prevê “uma seqüência linear dos eventos, a tentativa de apagamento do enunciador que se distancia de seu enunciado” e que cria uma “ilusão de uma reprodução objetiva e imparcial do experimento” (Coracini, 1991: 89). Ou seja, de qualquer forma, as normas pré-fixadas pela Academia direcionam a posição do sujeito que “deixa de ser um sujeito-para-si para ser um sujeito-para-os-objects” (Santos, 1989: 14), que nesse caso, pode ser a pesquisa, o trabalho, os resultados.

Essas regras de inserção e de aceitação de (novos) sujeitos impostas pelo círculo acadêmico possibilitam que o autor busque, através de recursos da língua, legitimar seu discurso através do discurso-outro, já autorizado, e permite que o sujeito, desta forma, também se insira neste ambiente institucionalizado. Frente às normas, o sujeito adota ou uma atitude de adesão ou uma atitude de resistência: quanto menos experiência tem a relatar, mais se apóia no discurso-outro, aderindo ao discurso instituído e nomeando-se no já-dito, velando-se nos recursos lingüísticos tais como *nós/se/passiva/modalizadores/discurso citado*. Ao contrário, quanto mais trabalhos anteriores já realizados e experiência na área de atuação, mais clara é a atitude de resistência do sujeito frente à norma (Taschetto, 2002).

No discurso científico, o distanciamento do autor do próprio texto o faz assumir um papel de observador distante do objeto observado, “como que provando, com sua ausência explícita, a ausência do sujeito-pesquisador na etapa de investigação científica. Entretanto, (...) ao mesmo tempo em que se ausentam, as instâncias enunciativas se revelam sub-repticiamente através dos mesmos recursos lingüísticos” (Coracini, 1991: 104). Desta forma, o que se pode notar no discurso acadêmico é que, mesmo que o próprio objeto torne-se agente da pesquisa, nem sempre o sujeito consegue se esconder.

A norma científica e acadêmica, portanto, confere ao *nós/se/voz passiva/modalizadores/discurso citado* a forma de o sujeito ao mesmo tempo se esconder e aparecer no discurso, dependendo do grau de sua aceitação dentro da Academia.

O que faremos a partir de agora é comparar dois artigos publicados na Revista Expressão, do Centro de Artes e Letras da Universidade Federal de Santa Maria e tentar analisar o posicionamento e as estratégias lingüísticas utilizadas pelos autores para se inserirem no discurso científico - supostamente assujeitado, exemplificado no artigo acadêmico.

2 As estratégias

Para essa análise de posicionamento do sujeito/autor, foram selecionados dois artigos relativos à área de Letras. Para preservarmos seus autores, denominaremos os artigos como Texto 1, aquele pertencente à área da Literatura, e como Texto 2, aquele relativo à área da Lingüística.

O que queremos demonstrar com esse trabalho é que o sujeito do discurso acadêmico se faz presente na construção de seu discurso, marcado pelo uso de recursos

lingüísticos, caracterizando-se como um sujeito heterogêneo, “dividido entre a norma e seu desvio” (Taschetto, 2002: 37), pressupondo a objetividade da norma, ancorado na subjetividade da linguagem.

2.1 O *nós* majestático e o ‘*nós*’ de Benveniste

No Texto 1, evidenciamos a predominância do uso da forma verbal em 1ª pessoa do plural. No entanto, esse plural do verbo se alterna no uso de ‘*nós*’ majestático e em ‘*nós*’ inclusivo de acordo com Benveniste (1966).

O uso da 1ª pessoa verbal do plural objetiva a descaracterização do sujeito enunciador, atenuando sua presença. Porém, a voz do *nós* majestático é claramente a voz do *eu*, que se assume de forma amplificada. No texto, 1, então, encontramos esse sujeito confundido com a voz da 1ª pessoa do plural nos seguintes trechos, por exemplo:

1. Portanto, estudaremos, no primeiro subtítulo, *O contexto da produção ficcional*, o marco importante para a formação (...).
2. Ou como já afirmamos em O discurso ideológico: quer seja no Brasil de 30 ou em Portugal dos anos 40, (...).
3. Como já analisamos em A representação em Capitães da Areia e Esteiros, (...).

Está claro que o uso do ‘*nós*’ nos exemplos acima refere-se a um ‘*eu*’ único, a um sujeito que está implícito no uso do ‘*nós*’. Na verdade, quem vai estudar, no primeiro subtítulo (ex.1) é o sujeito do discurso, da mesma forma que é ele quem afirmará (ex.2) e analisará (ex.3), sozinho, a representação em seu trabalho. É o sujeito que se evidencia sem quebrar a rigidez da norma. Pelo contrário, ele se sujeita a ela numa tentativa de aceitação e autorização de seu discurso por seus pares na Academia.

A outra forma da 1ª pessoa do plural que aparece no Texto 1 é o ‘*nós*’ de Benveniste (1966), que segundo o próprio autor, não comporta uma posição de sujeito: da mesma forma que pode dirigir-se a uma infinidade de sujeitos, pode também não se referir a nenhum, embora em ‘*nós*’, a voz que predomina seja a do ‘*eu*’. Entretanto, essa 3ª pessoa descrita por Benveniste pode assumir duas condições distintas: o “*nós* exclusivo” e o “*nós* inclusivo”. O plural exclusivo consiste de uma junção das duas formas que se opõem como pessoal e não-pessoal (“*eu*” + “*eles*”) em virtude da “correlação de pessoa”. Ao contrário, a forma inclusiva efetua a junção das pessoas entre as quais existe a “correlação de subjetividade” (“*eu*” + “*vós*”) (Benveniste, 1966).

Os trechos recortados exemplificam o uso inclusivo, marcando, segundo Benveniste, uma “correlação de subjetividade” entre as vozes do “*eu*” e do “*vós*”. Então, no caso do Texto 1, o sujeito aparece velado atrás do uso aparentemente não pessoal da forma verbal de 1ª pessoa.

Podemos citar como exemplo de uso do ‘*nós*’ inclusivo os seguintes trechos:

4. Como podemos ver no poema de Carlos Drummond de Andrade (...).
5. Como podemos observar na citação abaixo (...).

Pode ser evidenciado, nos exemplos selecionados, que o sujeito faz uso do plural do verbo unicamente para se adequar à norma, chamando a se unir a ele o ‘*vós*’ do ‘*nós*’ inclusivo. Desta forma, a junção das pessoas (*eu+vós*) numa relação de subjetividade se manifesta. Enquanto que o ‘*eu*’ dessa relação é o próprio sujeito, o ‘*vós*’ pode assumir diferentes personalidades: o leitor, outros pesquisadores ou até mesmo a comunidade em geral que de uma forma ou de outra

constituem o 'tu' e se apresentam com o 'eu' para autorizar seu acesso à Academia.

No Texto 2, há duas situações de uso da forma verbal em 1ª pessoa, entretanto, elas aparecem sob o aspecto do "nós exclusivo", excetuando a presença do "vós" e sublinhando o "eu" constitutivo do "nós". Como Benveniste (1966) coloca, vale lembrar que "em 'nós' é sempre 'eu' que predomina, uma vez que só há 'nós' a partir de 'eu' (...) A presença do 'eu' é constitutiva do 'nós'."

Observe os exemplos:

6. O ideal seria de que estimulássemos os aprendizes o suficiente (...).

7. Tais aspectos devem ser considerados quando tentarmos responder às perguntas (...).

A voz que se faz ouvir nesses exemplos é a do 'eu' sujeito, por mais que os verbos estejam no plural. A pessoa 'eles' constitutiva do "nós exclusivo" é representada, nesse caso, por 'eles' os professores, os outros pesquisadores.

O "nós exclusivo" de Benveniste corresponde ao 'nós' majestático das gramáticas de Língua Portuguesa. Nele, a única voz que se faz ouvir é a do próprio sujeito.

As formas verbais usadas no Texto 1 e 2 não marcam o sujeito e descaracterizam um discurso de autoridade. O sujeito, porém, vai aparecendo pelas marcas deixadas por ele mesmo e, aos poucos, vai conquistando sua autoridade (Taschetto, 2002).

Então, no Texto 1, a predominância da forma verbal em 1ª pessoa do plural marca a correlação de subjetividade do autor com seu texto, onde o sujeito se expõe à medida em que vai constituindo seu discurso. Já no Texto 2, por mais que a voz do 'eu' tenha se sobressaído no uso do plural exclusivo, o sujeito se evidencia dessa

forma apenas dois momentos, exemplificados em (6 e 7) transparecendo, assim, um discurso com pouca autoridade, já que na maior parte do texto é a voz passiva e o pronome se que predominam, como apresentaremos a seguir.

2.2 A voz passiva

Ao usar a voz passiva, o sujeito enfatiza a ação contida no sintagma verbal sem privilegiar o verdadeiro agente do processo. Desta forma, a ambigüidade e a imprecisão quanto à origem do enunciado se fazem presentes. Em textos acadêmicos, essa forma verbal é recomendada para garantir a objetividade do discurso.

Muito mais que o 'nós' – já que esse sempre inclui a presença do 'eu' – a voz passiva e o pronome 'se' proporcionam a ilusão de distanciamento do sujeito-enunciador de seu enunciado.

No Texto 2, o sujeito vela-se na forma passiva, tanto analítica como sintética, como podemos observar nos exemplos a seguir:

8. Tais aspectos devem ser considerados quando tentarmos (...).

9. Cuidado deve ser tomado para que, à medida que o professor acostume-se (...).

O exemplo (8) é singular porque ao usar a voz passiva, o sujeito 'diminui' significativamente sua presença no discurso para uma palavra adiante e assumir sua presença no uso do "nós".

A forma passiva sintética oferece a "impressão de que se misturam, propositalmente, a 1ª pessoa (autor) e a 3ª pessoa (outro)" (Coracini, 1991, p.162), contribuindo para a incerteza e a imprecisão do autor do enunciado. Como nos exemplos do Texto 2:

10. O que se observou, no entanto, foi a preferência igualmente predominante (...).

11. Sabe-se que a correção de discurso ocorre em quase nenhum outro lugar (...).

A indefinição da alteridade do sujeito-enunciador do Texto 2 presente no uso da forma passiva, tanto analítica, quanto sintética, segue a norma da Academia, reforçando a impressão de um discurso sem autoridade, que busca reconhecimento.

2.3 O discurso do outro

Se pensarmos com Bakhtin que a linguagem é intrinsecamente dialógica, o discurso científico também pode ser caracterizado como heterogêneo, uma vez que o sujeito enunciador chama outras vozes sociais para constituir o seu próprio discurso. Desta forma, o sujeito que busca sua aceitação pela Academia utiliza discursos já reconhecidos por ela, construindo, assim, segundo Bakhtin, “uma relação discursiva com o parceiro”, que se alterna na enunciação ora como discurso direto, ora como discurso indireto, ou ainda como discurso indireto livre.

Numa tentativa de isenção, o sujeito do Texto 2 recorre inúmeras vezes à voz do outro. De acordo com Bakhtin (2002: 148), “o discurso citado e o contexto de transmissão são somente os termos de uma inter-relação dinâmica”. Então, por mais que o sujeito queira alienar-se de seu discurso, a própria voz do outro o revela, numa relação dialógica e subjetiva. A voz do outro assume o ‘papel principal’ do discurso e “torna-se, por isso, mais forte e mais ativo que o contexto narrativo que o enquadra (...) Esse último perde a grande objetividade que lhe é inerente em relação ao discurso citado; nessas condições, o contexto narrativo começa a ser percebido – e mesmo a reconhecer-se – como subjetivo, como fala de outra pessoa” (Bakhtin, 2002: 151), conservando sempre, evidentemente, os direitos de propriedade da palavra e a autenticidade do discurso de outrem.

O sujeito do Texto 2, ao citar a voz do outro, em grande parte das vezes, o faz com fronteiras bem definidas. Ou seja, abre uma citação com fonte diferente, como podemos constatar no exemplo:

12. Wajnryb cita os riscos da correção excessiva: *Se os professores tentarem corrigir cada erro que ocorra em sala de aula...* [segue a citação direta, em bloco.]

Segundo Bakhtin, essa atitude está relacionada ao grau hierárquico da voz do outro com relação ao discurso do sujeito. Assim, quanto mais elevado for o discurso de outrem, mais claras e definidas serão as fronteiras e menos acessível “à penetração por tendências exteriores de réplicas e comentários” (Bakhtin, 2002: 153).

Assim, o sujeito do Texto 2 procura se esconder, recorrendo à voz do outro para dar credibilidade e autoridade ao trabalho, isentando-se da responsabilidade da enunciação de suas palavras. Dessa maneira, “o sujeito atenua sua presença agindo de acordo com a norma que rege o discurso acadêmico, isto é, privilegiar uma linguagem objetiva de afastamento ou isenção do objeto em estudo” (Taschetto, 2002: 109).

No Texto 1, o sujeito utiliza somente seis citações em seu artigo, exceto as que se referem ao seu próprio corpus de análise. O número é considerado pequeno se comparado às 30 citações encontradas no Texto 2.

As seis citações existentes no Texto 1 são feitas de forma indireta, como no exemplo:

13. Segundo Alfredo Bosi, em *História concisa da literatura brasileira* (1983, p. 457), sua obra é, para os exegetas mais “rigorosos”, o exemplo acabado de populismo literário, que repousa na pieguice e volúpia, em vez de paixão...

Ou seja, o sujeito-enunciador transcreve as palavras do outro, através de

um universo lingüístico que pertence só a ele e não ao leitor. Desta forma, as palavras do outro são proferidas – ou traduzidas – pelo eu-enunciador, por mais que elas sejam do ‘outro’. Isso marca uma certa relação de autoridade do sujeito, manipulando as palavras do outro a seu favor.

CONCLUSÃO

Essa foi uma proposta de análise de nosso projeto de avaliação da subjetividade no discurso científico.

A diferença que evidenciamos entre os sujeitos dos Textos 1 e 2 é que, ao “usar o ‘nós’ como recurso discursivo, o sujeito engaja-se ao seu *Projeto*, sem contudo, quebrar a rigidez da norma, uma vez que sua presença está difusa ou atenuada com o uso do pronome (...) Mesmo que o uso do pronome ‘se’ sinalize para a inclusão do sujeito como produtor do enunciado, o engajamento é mais velado do que com o uso do pronome ‘nós’ (...) por ser um pronome de pessoa, o sujeito se apresenta mais heterogêneo” (Taschetto, 2002: 107).

Ambos os autores seguiram as normas do discurso acadêmico, entretanto, um deles, o sujeito do Texto 1, marcou-se mais. Isso pode ser justificado pelo fato de seu artigo constituir parte da dissertação de mestrado, enquanto que o Texto 2 é resultante de monografia de especialização. Esse fato pode ter levado o sujeito 1 a crer que já está hierarquicamente numa posição mais elevada que o sujeito 2 e, por isso, sente-se mais aceito pelos membros da Academia, a ponto de se nomear ‘nós’.

Já o sujeito 2, por pensar estar ainda em fase de aceitação dentro da Academia, prefere velar-se no uso da voz passiva e se ancorar na voz do outro para autorizar seu discurso no círculo acadêmico, transformando-o, assim, num discurso, aparentemente, desprovido de

subjetividade e marcado pela objetividade lingüística, exatamente como exige a norma científica.

Nas pesquisas que levaram a esse trabalho, foi constatado também que os artigos que pertencem à área da Literatura apresentam uma maior leveza na linguagem. Ou seja, o texto flui numa linguagem subvertida da norma acadêmica, sem, contudo, perder as características do discurso científico; enquanto que nos artigos relativos à área da Lingüística, a submissão às regras discursivas da Academia é mais evidente, deixando o texto mais preso à norma.

Há, ainda, muitos outros pontos a serem observados nos textos. A pesquisa continua em andamento, e os resultados serão divulgados, pois, é da sua socialização que depende a aceitação pelos membros da Academia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKTHIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BENVENISTE, E. (1966) **Problemas de lingüística geral I**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.
- CORACINI, M.J.F.R. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: EDUC; Campinas: Pontes, 1991.
- SANTOS, B. de S. (1989). **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Porto: Afrontamento, 1995.
- TASCETTO, T. R. **A presença do sujeito no discurso acadêmico: uma análise em projetos de pesquisa**, 2002. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Pontifca Universidade Católica, Porto Alegre, 2002.

NOTA

© Trabalho desenvolvido pela aluna do 7º semestre do Curso de Letras, Luciele Basso Bueno, bolsista FIPE do Projeto *A presença do Sujeito no Discurso Acadêmico*, com a participação da aluna do 7º semestre do Curso de Letras, Ana Caline C. Dotto e orientação da Prof.^a Dr. Tania Taschetto, Depto. de Letras Clássicas, Filologia e Lingüística e membro do Laboratório Corpus.